

## **A LÍNGUA PORTUGUESA E A FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS: O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA EM MOÇAMBIQUE**

David António

### **RESUMO**

Com este artigo pretendemos compreender como a regra da formação das estratégias, concebida por Michel Foucault, explica o funcionamento das práticas linguístico-discursivas em torno das estratégias teórico-metodológicas de leitura e de escrita na formação de professores nos Institutos de Formação de Professores (IFPs) em Moçambique. Assim, questionamos como a contradição e a governamentalidade, na ótica de Foucault, perpassam as práticas discursivas dos formadores dos IFPs sobre as estratégias teórico-metodológicas ligadas a leitura e a escrita, tendo em conta as suas condições de formulação enunciativas. Desta forma, enquadramos o estudo na perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso franco-brasileira, sob viés das regras de formação discursiva definidas por Foucault na arqueologia, na qual destaca a formação das estratégias. Neste sentido, a análise mostra que as estratégias teórico-metodológicas estão em contradição discursiva, pois os enunciados dos formadores, dos formandos e do Plano Curricular de Formação de Professores não se encontram numa mesma série enunciativa. Os pontos de equivalência são visíveis na existência de duas posições na implementação do tal plano (o ensino ou não do Português na sala de aula por parte dos formadores). Finalmente, há necessidade de busca de uma regularidade em torno das dificuldades de implementação de uma prática pedagógica menos conflitante no ensino desta língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Portuguesa; Formação das Estratégias; Ensino de Leitura e da Escrita

### **ABSTRACT**

With this article we intend to understand how the strategy formation rule, conceived by Michel Foucault, explains the functioning of linguistic-discursive practices around the theoretical and methodological strategies of reading and writing in teacher education in Teacher Education Institutes (TEI) in Mozambique. Thus, we question how the contradiction and governmentality, in Foucault's view, permeate the discursive practices of the TEIs trainers on the theoretical and methodological strategies linked to reading and writing, taking into account their enunciative formulation conditions. In this way, we fit the study in the theoretical-methodological perspective of the analysis of Franco-Brazilian discourse, under the bias of the rules of discursive formation defined by Foucault in archeology, in which he highlights the formation of strategies. In this sense, the analysis shows that the theoretical-methodological strategies are in discursive contradiction, since the statements of the trainers, the trainees and the Teacher Education Curriculum Plan are not in the same enunciative series. The equivalence points are visible in the existence of two positions in the implementation of such a plan (the teaching or not of Portuguese in the classroom by the trainers). Finally, there is a need to seek regularity

around the difficulties of implementing a less conflicting pedagogical practice in the teaching of this language.

**KEYWORDS:** Portuguese language; Formation of Strategies; Teaching Reading and Writing

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS E ÂMBITO DE ESTUDO

A língua é uma faculdade sociocognitiva de cariz abstrata e empírica que caracteriza a natureza humana. Por isso, ela tem ligação com cada indivíduo, com cada família, com cada grupo comunitário e com várias nações na sua poderosa atividade de comunicar, definindo “regras de formação de um conjunto de enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 188). Estudos que têm sido feitos sobre a língua portuguesa apontam para a sua existência em contextos multilíngues e multiculturais, devido a diversidade cultural, linguística e étnica dos seus falantes, equiparando, segundo o autor, às pesquisas que pretendam analisar a distribuição dos saberes e de verdade.

Nesse sentido, em alguns espaços onde é falada, sobretudo nas ex-colônias, o caso de Moçambique, ela coexiste com as línguas nativas/não oficiais – línguas Bantu<sup>1</sup> - constituindo um fator de diferença e de identidade linguístico-culturais e mobilizando pesquisas de letramento e de inovação nas práticas pedagógicas. Sob tal regime de verdade, concebe-se a língua portuguesa nestes países como uma das tecnologias de governamentalidade, possibilitando a criação de instâncias de línguas/variedades com o estatuto de *norma-padrão*, variedades culta, veiculares, populares (BAGNO, 2011; FARACO, 2008; LOPES, 2004; MILROY, 2011) e outras com estatuto de línguas minoritárias, segunda, adicionais, materna, de fronteira, de contato, de herança (TASSO; JUNG E GONÇALVES, 2014; GONÇALVES, 1997; LOPES, 2004; FIRMINO, 2005; DIAS, 2009), etc., cuja análise se insere na *função do discurso para as práticas (não) discursivas* (FOUCAULT, 2008).

Esses fatores caracterizam Moçambique, enquanto país multilíngue, em que a língua portuguesa é oficial, falada por apenas 10 % da população – num universo de 24 milhões -, de acordo com o último Censo Populacional de 2007, e na sua maioria como

---

<sup>1</sup> Línguas nativas faladas na região central e Austral da África.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

língua segunda (L2), desafios para o processo de ensino e aprendizagem no país. Essa situação equipara-se ao que TASSO; JUNG E GONÇALVES (2014, p. 31) se referem na contradição e exclusão na normalização do indígena com políticas não indígenas. Isso significa que instituem-se políticas contraditórias atendendo ao choque linguístico-cultural que as políticas (linguísticas) do governo provocam, tanto nos falantes das LBs, como nos povos indígenas. Ao mesmo tempo, tais políticas apresentam-se como excludentes tanto aos falantes das línguas nativas moçambicanas, como aos povos indígenas do Brasil, por não responderem as necessidades linguístico-sociais desses sujeitos.

Assim, constituem objetivos do capítulo compreender como a regra da formação das estratégias, concebida por Michel Foucault, explica o funcionamento das práticas linguístico-discursivas em torno das estratégias teórico-metodológicas de leitura e de escrita na formação de professores nos Institutos de Formação de Professores (IFPs) em Moçambique, o caso do IFPs de Nicoadala (IFPN) e de Quelimane (IFPQ), província da Zambézia. Especificamente, pretendemos (i) refletir sobre o funcionamento das práticas linguístico-(não) discursivas dos formadores dos IFPN e do IFPQ em torno das estratégias teórico-metodológicas ligadas a leitura e a escrita; (ii) demonstrar que os discursos dos formadores do IFPN e de IFPQ sobre as estratégias teórico-metodológicas ligadas a leitura e a escrita são uma materialidade que marca uma contradição discursiva, enquanto lei de existência do enunciado, bem como (iii) olhar para a governamentalidade, tendo em conta uma das suas tecnologias, a biopolítica, nos discursos desses formadores.

Nesta vertente, os IFPs são organismos vocacionados à formação de professores de/em Português no país para o ensino primário, respondendo às exigências do novo currículo do ensino primário, num exercício da tecnologia da biopolítica. A formação de professores nos atuais IFPs, segundo o modelo em vigor, admite a entrada de candidatos com o nível de 10<sup>a</sup> classe, de modo a serem formados em um ano presencial. Nesse âmbito, sob o regime imposto por essa tecnologia da biopolítica, questionamos de que forma a contradição e a governamentalidade, na ótica de Foucault, perpassam as práticas discursivas dos formadores do IFP de Nicoadala e de Quelimane sobre as estratégias teórico-metodológicas ligadas a leitura e a escrita, tendo em conta as suas condições de formulação enunciativas?

## PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesse âmbito, a presente pesquisa privilegia o estudo da língua portuguesa e do seu ensino no espaço multilíngue moçambicano, com foco para a leitura e para a escrita, nos Institutos de Formação de Professores Primários (IFPs), num estudo comparativo. Trabalhamos com o IFP de Nicoadala e de Quelimane ao nível da Província da Zambézia<sup>2</sup>, em Moçambique. A materialidade para o estudo baseia-se em recortes de Formadores do IFP de Nicoadala (IFPN) e de Quelimane (IFPQ). Para o IFPN e o IFPQ consideramos respostas de formadores da área de Língua Portuguesa, que os codificamos como FdorLPX (onde o X é o número do formador pela ordem aleatória de 1 à 4) e dos formadores de Ciências Sociais e das Ciências Naturais, representados pelo código FdorSC/CNX, respectivamente (onde o X é o número do formador pela ordem aleatória de 1 à 4), apresentados na variante na língua portuguesa falado em Moçambique. Portanto, trabalhamos com 6 formadores no total, perfazendo 9 recortes. Realçar que retiramos os dados do projeto de pesquisa do Doutorado e enquadrados nas pesquisas do GEDUEM – Grupo de Pesquisas em Análise de Discurso da UEM.

Sendo assim, enquadrámos o estudo na perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso franco-brasileira. Sob este viés, nas regras de formação discursiva – na arqueologia –, Foucault destaca a formação das estratégias. Nesse nível, há na contradição pontos de difração no discurso, como é o caso dos pontos de incompatibilidade, de equivalência e de ligação de uma sistematização, no âmbito da formação das estratégias. Por sua vez, segundo o filósofo, estes três pontos são esclarecidos pelas “dispersões estudadas nos níveis precedentes [que] não constituem simplesmente desvios, não-identidades, séries descontínuas, lacunas; podem chegar a formar subconjuntos discursivos [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 73 grifo nosso). Tomando em conta este postulado, podemos “identificar a lei da coerência enunciativa, e, de outro, definir o campo da não contradição” (TASSO E CAMPOS, 2011, p. 84).

Nos mecanismos da genealogia, Foucault foca a questão da governamentalidade nos seguintes termos: “Meu problema é saber como os homens se governam (a si próprios e aos outros) através da produção de verdade...” Foucault na Mesa redonda de 20 de

---

<sup>2</sup> Equipara-se ao que no Brasil se chama de Magistério.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

Março de 1978 (apud MACHADO, 2007, p. 129). Neste sentido, segundo este autor, no estabelecimento das técnicas de si “como fio condutor da pesquisa sobre o governo de si, Foucault está pensando, de modo geral, em procedimentos encarregados de fixar a identidade dos indivíduos em função de determinados fins, graças ao domínio de si e ao conhecimento de si” (ibid), condição do governo do outro.

Por sua vez, observa-se que “a governamentalidade e as técnicas de poder a elas circunscritas apontam para uma relação de saber-poder como uma relação de forças; por isso, esses dispositivos têm uma incidência direta sobre os modos como se constituem os sujeitos” (TASSO E ROSTEY, 2010, p. 41). Dessa forma, o então Ministério da Educação e Cultura ressalta a ideia de subjetivação do formador e a necessidade de ele se identificar com o plano através da governamentalidade, arte de governar com razão condicionado a observação da natureza do Estado, segundo Foucault (2004).

## PRÁTICAS (NÃO) DISCURSIVAS LIGADAS A LEITURA E A ESCRITA NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE NICOADALA E DE QUELIMANE

Como referimos, trabalhamos com 6 formadores, sendo 3 da área de língua portuguesa e outros 3 das áreas que não são de língua portuguesa. Consideramos para os primeiros questões teórico-metodológicas ligadas à leitura (compreensão e interpretação) e à escrita que usam na sala de aula com os formandos, conforme segue:

- ▶ Quanto à leitura, quais os mecanismos e estratégias teórico-metodológicas são empregadas por você para amenizar o conflito entre o Português como L1 e como L2, no seu plano de lição/aula? Exemplifique;
- ▶ Quanto à escrita, quais os mecanismos e estratégias teórico-metodológicas são empregadas por você para amenizar o conflito entre o Português como L1 e como L2, no seu plano de lição/aula? Exemplifique.

Nos recortes (R) que se seguem mostramos séries enunciativas – marcadas por respostas - ligadas às questões teórico-metodológicas usadas pelos dois grupos de formadores para o ensino da leitura.

R1: Fazem pesquisas ou trabalhos de investigação sobre vários temas transversais recomendados no programa de ensino. Fazem tomada de

notas e os devidos resumos de aulas dadas; fazem busca e leitura de notícias e a sua leitura (FdorNLP1).

R2: Há muitas estratégias que uso para a leitura: leitura individual aos textos; produção de textos e sua interpretação em sessões; escrita de frases no quadro e posterior leitura, etc. (FdorNLP2).

R3: Na leitura uso de muitos textos por ex.: contos, fábulas assim como os textos poéticos. Com leitura e interpretação (FdorQLP3)

Quanto à leitura os mesmos mostram uma regularidade que tende ao uso de um método tradicional de leitura de textos escritos apenas - para todos os gêneros textuais. Este método não pode ser visto como exclusivo, pois os formandos precisam também de estratégias metodológicas – ele deve aprender a conceptualização a volta da leitura - que os permitam implementar os métodos de ensinar a criança a ler. Nas linhas seguintes mostramos recortes ligados à estratégias teórico-metodológicas usadas na escrita para o ensino da escrita:

R4: As atividades de investigação de cópias de certos textos fazem com que eles melhorem a caligrafia e a correção desse conflito entre o Português e a sua L2. No plano de aulas incluímos atividades que mostram a estrutura da L1 e L2 (FdorLPN1).

R5: Na escrita também tenho recomendado aos formandos na produção de textos para uma análise da ortografia (erros ortográficos), uso dos sinais auxiliares, sinais de pontuação, coerência frásica e uso adequando das regras da língua portuguesa (português europeu) (FdorLPN2).

R6: Na escrita os mecanismos e estratégias geralmente empregues por mim é de fazer com que o aluno conheça primeiro lugar a ortografia nas palavras do Português moçambicano assim como o europeu. Como no estudo da acentuação, pontuação e translineação e na formação das palavras assim como no conteúdo e sentido das frases (FdorQ3)

A escrita é concebida por estes sujeitos em torno das técnicas iniciais variadas de escrita, ou seja, a regularidade dos seus enunciados apontam para uma escrita que concorre para o nível da alfabetização e menos do letramento – não se ensina a cultura da escrita para um desenvolvimento social do indivíduo –. Na nossa ótica, para além de o formando necessitar de ter conhecimentos de muitos métodos para ensinar a ler e a escrever, também deve ter o conhecimento de procedimentos científicos para o ensino da linguagem escrita.

Essas formulações apontam para os mecanismos e estratégias teórico-metodológicos para a leitura, observa-se que os enunciados marcam um itinerário

procedimental de ler o texto, explicar o seu vocabulário desconhecido interpretá-lo, fazer exercícios de gramática e escrever sumário, propiciando aulas de língua portuguesa que DIAS (2009, p. 87) considera como sendo monótonas e caracterizadas por rotinas repetitivas, no estudo que faz sobre *os saberes docentes e formação de professores na diversidade cultural*.

Contrariamente às colocações desses formadores da área em torno da língua portuguesa em relação à leitura e a escrita, os formadores da área que ensinam disciplinas que não são da área de língua portuguesa atrás mencionadas, responderam a seguinte:

- ▶ Os mecanismos e estratégias teórico-metodológicas disponibilizadas por você na capacitação do formando quanto à oralidade, à leitura, à escrita e à análise linguística atendem às necessidades dos alunos do ensino Básico? Explique por que tal capacitação é eficaz ou não.

Perante este questionamento, observamos seguintes séries enunciativas desse grupo de formadores:

R7: Considero que o português não é nossa língua, os formandos envidam esforços na compreensão. Portanto tem problemas, mas esforçam-se (FdorCN1).

R8: Uma avaliação fraca, os nossos candidatos trazem problemas séries de leitura, escrita, oralidade, razão pela lemos tentando corrigir embora o tempo não corresponda (FdorCN2).

R9: Em termos de oralidade, a leitura (compreensão e interpretação), a escrita e a modalidade gramatical os formandos transportam dificuldades e deficiências inúmeras de leitura e escrita que dificulta a compreensão e interpretação (FdorCS3).

Os formadores cuja enunciação os coloca como sendo de Metodologias das Ciências Sociais e das Ciências Naturais avaliam teórico-metodologicamente o desempenho dos formandos na leitura e na escrita sob posições variadas que nos fazem entender a existência de um pessimismo, muitas dificuldades para os formandos, com problemas desde as classes anteriores, deficiente, razoável e até fraco.

Estas posições tem o seu foco porque na sua maioria, os formadores desta área não se colocam no lugar de professores de Português – que podem ter interesse na leitura e na escrita do formando –, alheando-se ao seu ensino, mas servindo-o apenas como veículo de transmissão – às vezes eles próprios com as mesmas dificuldades desta língua como o dos formandos –, deixando essa tarefa para os professores formados em Português

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

– entretanto, o Plano Curricular de Formação de Professores Primários<sup>3</sup> postula que todo o professor na sala de aulas deve ensinar o Português por ser a língua oficial e por ele ser o agente instrutor. Essa colocação faz com que todos os professores na sala de aula se preocupem e se empenhem no ensino de/em Português por essa língua constituir um artifício identitário do povo moçambicanos.

## PRÁTICA (NÃO) DISCURSIVA EM CONTRADIÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: A LEITURA E A ESCRITA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As séries enunciativas apresentadas pelos formadores da área de língua portuguesa apontam para as estratégias teórico-metodológicas sobre a leitura que assentam na pesquisa ou trabalhos de investigação; leitura individual; produção de textos e sua interpretação; escrita de frases no quadro; leitura de contos, fábulas, textos poéticos; leitura e interpretação de textos.

Quanto à escrita esses formadores indicam como estratégias teórico-metodológicas para ensinar os formandos a cópia de textos; a correção de textos; a produção de textos; o uso de sinais de pontuação e da translineação; a formação de palavras e coerência frásica.

Neste âmbito, para esses formadores os mecanismos teórico-metodológicos por eles disponibilizados para o ensino da leitura e da escrita aos formandos atendem de modo eficaz às necessidades dos alunos do ensino Básico<sup>4</sup> - cujas escolas são futuros locais em que os formandos vão exercer o seu dever de professor.

Ao mesmo tempo – contrariando aos formadores anteriores –, observa-se que os formadores que não são da área de língua afirmam que os formandos apresentam muitos problemas de leitura e de escrita; a avaliação é fraca, apresentando problemas sérios de leitura e de escrita; dificuldades e deficiência de leitura e escrita que dificulta a compreensão e interpretação de textos. Por isso, a (s) posição (ões) desses formadores consideram que as estratégias teórico-metodológicas não atendem de modo eficaz às necessidades dos alunos do ensino Básico.

---

<sup>3</sup> Equipara-se ao que no Brasil se chama de Diretrizes Curriculares.

<sup>4</sup> Equipara-se ao que no Brasil se chama de ensino fundamental.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

Essa (s) posição (ões) manifesta (m) uma contradição ou inconsequência entre enunciados, que não cabem numa única e mesma série de enunciados entre os dois grupos de formadores, apresentando os pontos de incompatibilidade, pois, observa-se realidades discursivas dispersas desses dois grupos de formadores sobre o mesmo objeto de estudo, o ensino da leitura e da escrita aos formandos, por um lado ligado, à eficácia das estratégias teórico-metodológicas pelos formadores da área de língua portuguesa e, por outros lado, sua ineficácia pelos formadores da área que não é de língua portuguesa.

Igualmente, os discursos dos formadores atrás referenciados apresentam-se com imanência de regras que se fundam no ensino da leitura e da escrita e condições de aparecimento com superfície de inscrição o Plano Curricular de Formação de Professores Primários (PCFPP), caracterizando pontos de equivalência entre eles. Já o PCFPP concebe o ensino do/em Português por todos os formadores – esperando-se que haja seu cumprimento, por um lado, e seu incumprimento, por outro lado –, apesar do seu cumprimento não ser efetivado por todos os formadores, sobretudo os da área que não são de língua. Este dispositivo curricular surge como réplica do postulado na Constituição da República (CR) de ser o Português a língua oficial do país, carecendo da sua implementação por esses formadores.

As regras do ensino dessas duas habilidades da língua (a leitura e a escrita) devem ser concebidas no âmbito do ensino das mesmas, considerando que o Português é ensinado como uma língua falada sob estatuto de língua primeira (L1) e de língua segunda (L2), ao mesmo tempo assumidas por todos os formadores enquanto professores de/em Português.

A busca de regularidade em torno de uma prática pedagógica menos conflitante no ensino desta língua configura os pontos de ligação de uma sistematização. O fato de, nos enunciados dos formadores de língua portuguesa e das áreas que não são dessa língua, ter-se manifestado posições contrárias na eficácia das metodologias e na formação proporcionada sinaliza as dificuldades que podem existir na implementação de uma pedagogia que possa ser coerente e menos conflitante para o ensino do/em Português nos IFPs, dado os regimes em funcionamento exercidos pelos dispositivos pacto de segurança e exclusão pela língua.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

Sobre a determinação da língua, teorias, objetivos, metodologias e conteúdos a serem trabalhados e ensinados (PCFPP) – num exercício do governo de si para o governo dos outros - percebemos nos dispositivos legislativos iminentes (o PCFPP e a CR) a este capítulo a presença de enunciados de um sujeito que governa os outros, a partir da necessidade de uso obrigatório da língua portuguesa (variante europeia), no ensino (CR) distanciando-se do Português de Moçambique e ignorando-a – apenas é referenciada como veicular -, apesar do poder paralelo que os seus saberes agenciam.

Do mesmo modo, para além do desdobramento ao uso do Português europeu no PCFPP, o “governo do outro” se exerce pela necessidade de formar o professor em 1 (um) ano de presencial para os IFPs de Nioadala e de Quelimane e nesse período de formação agenciar-se competências necessárias para o formando atingir, por forma a atuar junto dos alunos do ensino Básico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de/em Português nos IFPs em Moçambique tem lugar num ambiente de contradição (socio) linguística e de fixação da (s) respectiva (s) identidade (s) em função de um conhecimento de si e do governo de si. As estratégias teórico-metodológicas estão em contradição discursiva, pois os enunciados dos formadores, dos formandos e do PCFPP sobre suas práticas de ensino não se encontram numa mesma série enunciativa. Assim, os pontos de equivalência são visíveis na existência de duas posições, que marcam o resultado na implementação do postulado no PCFPP, conforme o ensino ou não do Português na sala de aula por parte dos formadores – os formadores da área de Português ensinam essa língua e os da área das Ciências e Naturais não ensinam o Português –. Diante desse fato, há necessidade de busca de uma regularidade em torno das dificuldades de implementação de uma prática pedagógica menos conflitante no ensino desta língua que vai configurar os pontos de ligação de uma sistematização. Os discursos dos formadores também são condicionados pelo princípio do governo do outro a partir do governo de si atinente a determinação da língua (PE), teorias, objetivos, metodologias e conteúdos a serem trabalhados e ensinados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, Ciência & Hipótese. In: LAGARES, X. C. E BAGNO, M. (Orgs) **Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

FARACO, C. A. **Norma culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editora. 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2008.

\_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política/ Michel Foucault**. Coleção Ditos & Escritos, V. Organização e coleção de textos Manoel Barros Motta; Tradução Elisa Monteiro, Inês Autram Dourado Barbosa - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

DIAS, H. N. **Saberes docentes e formação de professores na diversidade cultural**. Maputo, Imprensa Universitária, 2009.

FIRMINO, G. **A Questão Linguística» na África Pós-colonial**: O caso do Português e das Línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Texto Editores, 2005.

GONÇALVES, Perpétua. Tipologia de erro do português oral de Maputo: um primeiro diagnóstico. In: STROUD, C. E GONÇALVES, P. (Orgs.) **Panorama do Português Oral de Maputo**. Vol. II. Maputo: INDE. 1997.

LOPES, A. J. **A Batalha das Línguas**: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária, UEM, 2004.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C. E BAGNO, M. **Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 49-87.

TASSO, I. E ROSTEY, J. C. M. Governamentalidade, Identidade e Representação em Cidade de Deus: Articulações entre Arte e Política. In: POSSENTI, S. E PASSETTI, M. C. (Orgs.) **Estudos do Texto e do Discurso**: Política e Mídia. Maringá: EDUEM, 2010, pp. 38-61.

TASSO, I. E CAMPOS, J. G. S. Fronteiras do Social na Iconografia Portinariana: Identidade e Representação do Corpo Negro Feminino em (Con) tradições. In: POSSENTI, S. E BENITES, S. A. L. (Orgs.) **Estudo do Texto e do Discurso**: Materialidades Diversas. São Carlos – SP, 2011. p. 83-104.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

TASSO, I.; JUNG, N.; GONÇALVES, R. F. Práticas discursivas e acontecimento: letramento e proficiência em língua portuguesa no vestibular para os povos indígenas no Paraná. In: TASSO, I. E SILVA, E. (Orgs). **Língua (gens) em discurso:** a formação dos objetos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014, p. 21-46.

**Recebido: 25/3/2021. Aceito: 13/5/2021.**

#### **Autor**

**David António** - Universidade Licungo – Moçambique (UniLicungo), Doutor em Letras

**E-mail:** davidantoniosixpene@gmail.com